

Já é lei piso de R\$ 950 para professor da rede pública

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou ontem o projeto que estabelece o piso salarial nacional de R\$ 950 para professores, diretores e coordenadores pedagógicos da educação básica de escolas públicas. União, estados e municípios terão de pagar integralmente o piso a partir de 1º de janeiro de 2010. Autor da proposta que deu origem à lei, o senador Cristovam Buarque afirmou durante a cerimônia, no Palácio do Planalto, que as crianças brasileiras serão os principais beneficiados pela medida. 4



Garibaldi Alves (C) conversa com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro da Educação, Fernando Haddad, durante cerimônia em que foram sancionadas leis para a educação pública

Comissão estranha volta da Quarta Frota dos EUA



Inácio Arruda sugere Conselho de Defesa do Mercosul; Simon anuncia carta aos candidatos norte-americanos

A recriação da Quarta Frota da Marinha norte-americana, que retorna às águas da América Latina quase 60 anos após ter sido desativada, preocupa os integrantes da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Depois de encontro com os ministros das Relações Exteriores, Celso Amorim, e da Defesa, Nelson Jobim, o senador Pedro

Simon anunciou que a CRE enviará carta aos dois candidatos à presidência dos Estados Unidos, John McCain e Barack Obama, manifestando estranheza com a decisão do atual presidente, George Bush. O senador Inácio Arruda sugeriu a criação de um conselho de defesa do Mercosul, com o objetivo de guardar as fronteiras dos membros do bloco. 6

“Usinas no Madeira preservam ambiente” 7



Na reunião do Parlamaz, Marina diz que o Brasil demorou cinco anos para aprovar projeto das hidrelétricas

Senadores vão discutir energia nuclear na saúde

Grupos de trabalho na Comissão de Ciência e Tecnologia também debaterão o funcionamento das fundações universitárias. 2

Apontada omissão na morte de 263 bebês em Belém

Relatório da Subcomissão da Saúde acusa autoridades de não tomarem providências para evitar mortes. 8



Marco Maciel (E) preside reunião da CCJ que aprovou várias matérias

Pedido de baixa de carro batido pode ter prazo maior

A Comissão de Justiça aprovou emenda que aumenta para 60 dias o prazo para o proprietário de veículo irre recuperável ou desmontado requerer baixa do registro. O pro-

jeto, que vai a Plenário, visa dar mais segurança ao comprador de carro recuperado, como é chamado o automóvel que teve perda total em acidente de trânsito. 3

Também deve constar da pauta no segundo semestre debate sobre preços dos fertilizantes, que estariam afetando os pequenos e médios produtores brasileiros



Wellington Salgado e Flexa Ribeiro: foco na agricultura



Flávio Arns: SUS não realiza exames de Medicina Nuclear

CCT analisa em agosto o uso da energia nuclear na saúde

O SENADOR FLÁVIO Arns (PT-PR) defendeu ontem, durante reunião informal da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), a retomada dos debates sobre duas questões que já foram tratadas em audiências públicas pelo colegiado – a utilização da energia nuclear, especialmente na área da Saúde, e o funcionamento das fundações de apoio às universidades federais. Para isso, segundo o senador, deverão ser constituídos grupos de trabalho no âmbito do colegiado.

O senador observou que o Sistema Único de Saúde (SUS) não realiza exames na área de Medicina Nuclear para detectar a disseminação de células cancerígenas no corpo. Segundo Flávio Arns, esse tipo de exame é importante para que uma eventual cirurgia para a retirada de tumores seja feita de forma eficiente e ofereça melhor

qualidade de vida à pessoa. Informou ainda que não há hospital equipado no país para atender pessoas contaminadas com substâncias radioativas, em caso de acidente.

Quanto às fundações de apoio às universidades, Flávio Arns afirmou que a comissão deve estudar medidas para seu fortalecimento e aperfeiçoamento.

Fertilizantes

Outro tema que deverá ser abordado pela CCT na retomada dos trabalhos legislativos é, segundo o presidente da comissão, senador Wellington Salgado (PMDB-MG), a oscilação dos preços dos fertilizantes agrícolas. Na opinião do representante de Minas Gerais, com a variação de preços são as indústrias de fertilizantes que determinam o lucro dos produtores. Já o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) observou que o preço dos adubos constitui-se em um

“ponto de estrangulamento” que afeta, especialmente, os pequenos e médios agricultores.

Ainda na reunião informal da CCT, Arns registrou que a senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) está afastada da Casa devido a tratamento intensivo de saúde, preparando-se para uma cirurgia. O senador Virgínio de Carvalho (PSC-SE), suplente da senadora, informou que os médicos ainda não marcaram o dia da cirurgia porque aguardam o melhor momento para o procedimento, de acordo com o resultado de exames realizados. Virgínio disse esperar a pronta recuperação da senadora e seu breve retorno ao Senado. Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) também manifestou votos de restabelecimento para Maria do Carmo.

Os projetos que constavam da pauta tiveram sua análise e votação adiadas para a primeira semana de agosto.

Senadores dão apoio a rádio de Brasília

O presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), senador Cristovam Buarque (PDT-DF), sugeriu a criação de uma associação de amigos da Brasília Super Rádio FM com a finalidade de contribuir para a manutenção da emissora. A proposta foi apresentada, na manhã de ontem, à diretora da rádio, Lúcia Garófalo, e a representantes da cultura brasiliense que estiveram na CE para discutir as dificuldades financeiras enfrentadas pela empresa.

Cristovam disse ser fã da rádio, que ele considera um patrimônio da sociedade pelo tipo de programação que apresenta, e pediu apoio à Secretaria de Cultura do Distrito Federal para que a emissora se consolide e continue em funcionamento. Na opinião do senador, outra empresa que viesse a substituir o atual grupo não manteria o diferencial da rádio.

Durante o encontro, Lúcia Garófalo explicou que o maior problema enfrentado pela rádio no momento é o risco de sair do ar no próximo dia 20, devido a questões relacionadas com direitos autorais cobrados pelo Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad).

Marisa Serrano (PSDB-MS) observou que os problemas com o Ecad não são raros e que, a partir de agosto, quer examinar esse assunto com o objetivo de propor algum tipo de fiscalização efetiva por parte do governo.

Alvaro quer novas diretrizes para comunicação social

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) disse ontem que é preciso criar um novo marco regulatório para o setor de comunicação social no Brasil. Ele adiantou que apresentar propostas de modernização das leis que regulam o setor é uma das tarefas da Frente Parlamentar da Comunicação, criada na véspera e presidida pelo deputado Milton Monti (PR-SP).

Alvaro Dias destacou a coincidência entre a criação da frente e a realização do 4º Congresso Brasileiro de Publicidade, que ocorre 30 anos depois do congresso anterior.

– O evento oferecerá uma contribuição importante e competente para que o Senado e a Câmara possam legislar, estabelecendo um marco para a comunicação, disse Alvaro.

Em seu discurso, o senador também ressaltou a importância das liberdades de expressão e de informação e do sigilo da fonte no caso de atividades jornalísticas – princípios garantidos pela Constituição.



Foto de Moreira Matiz

Marabá terá siderúrgica

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) anunciou a instalação de uma siderúrgica da mineradora Vale na cidade de Marabá (PA). Com a usina, a região deixará de ser apenas fonte de minério de ferro, cobre e outros minerais e passará a ser beneficiada com a transformação dessas matérias-primas em produtos industrializados. O senador propôs um voto de aplauso pelo empreendimento.

– O Pará precisa da Vale, mas a Vale também precisa do Pará – disse o senador, destacando que a usina gerará 15 mil empregos, sendo 3 mil na própria empresa.



Foto de J. Freitas

Arruda homenageia Guimarães Rosa

Inácio Arruda (PCdoB-CE) destacou o centenário de nascimento do escritor João Guimarães Rosa, comemorado este ano. Nascido em Cordisburgo (MG), no dia 27 de junho de 1908, o romancista é autor de um dos clássicos da literatura brasileira: *Grande sertão: veredas*.

– Guimarães Rosa foi um escritor, poeta e diplomata que soube compreender bem o sentimento da nacionalidade do povo brasileiro – disse.

Adelmir exalta o papel do comerciante

A passagem, ontem, do Dia do Comerciante, foi lembrada em Plenário por Adelmir Santana (DEM-DF). O senador ressaltou a importância da categoria no contexto da economia nacional.

– Não há um rincão neste país onde haja uma aglomeração de população que não tenha a figura de um comerciante. De nada adiantaria termos a produção agrícola ou industrial sem o entrelaçamento realizado por um comerciante – observou.

Recuperação de estrada no RN

Rosalba Ciarlini (DEM-RN) comunicou ao Plenário que as obras de recuperação da Estrada do Cajueiro (BR-437), que liga a Chapada do Apodi (RN) ao Vale do Jaguaribe (CE), deverão ser concluídas até o final de agosto.

A senadora informou que se reuniu com o ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, juntamente com o senador José Agripino (DEM-RN) e alguns deputados, para tratar do assunto. Segundo Rosalba, o ministro explicou que o projeto de recuperação da estrada está parado por questões técnicas, mas será retomado ainda este mês.



Foto de Geraldo Magela

Zambiasi quer maior combate às drogas

Sérgio Zambiasi (PTB-RS) pediu em Plenário a rápida aprovação pela Câmara dos Deputados de projeto de sua autoria que permite à União celebrar convênios com municípios e o Distrito Federal para combater o consumo de drogas e implantar programas de reinserção social de usuários.

Atualmente, a União só pode celebrar esse tipo de convênio com os estados. A proposição (PLS 207/07) já foi aprovada pelos senadores.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário vota programações monetárias

Às 14h a sessão é deliberativa. Na pauta, as programações monetárias do quarto trimestre de 2007 e do primeiro trimestre de 2008.

Garibaldi encerra hoje semestre legislativo

O presidente Garibaldi Alves recebe, às 11h, membros da Junta Directiva de El Salvador, que entregarão convite para o IV Foro Parlamentar Ibero-Americano. Às 16h preside a ordem do dia para o encerramento do semestre legislativo.

Prazo para a regularização dos documentos de veículo segurado, conforme emenda aprovada ontem pela CCJ, será ampliado de 30 para 60 dias

Comércio de carro acidentado será mais seguro

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem emenda apresentada em Plenário ao projeto de lei que, entre outros objetivos, visa dar mais segurança aos compradores de “veículos recuperados” – os automóveis que tiveram perda total em acidentes de trânsito – e impedir que grupos criminosos utilizem os documentos desses veículos

para “legalizar” automóveis roubados.

O projeto (PLS 142/05), apresentado pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Desmanche, em 2004, previa que “o proprietário de veículo irrecuperável ou desmontado deverá requerer a baixa do registro no prazo de 30 dias, sendo vedada a remontagem do veículo sobre o mesmo chassi,

de forma a manter o registro anterior”. Mas, em julho de 2005, quando a matéria tramitava em Plenário, o senador Edison Lobão (atual ministro de Minas e Energia) ofereceu uma emenda para ampliar esse prazo de 30 para 60 dias. O texto, então, foi enviado à CCJ para ser analisado.

No projeto, Edison Lobão argumenta que a ampliação

sugerida “possibilita que o proprietário possa, dentro de um prazo razoável e por meio de perícia técnica, rever a condição de recuperabilidade do veículo”.

O relator da proposta no âmbito da Comissão de Justiça foi o senador Adelmir Santana (DEM-DF), que acatou a emenda. Com a sua aprovação, o projeto passa a prever que “o proprietário

de veículo irrecuperável deverá requerer a baixa do registro, no prazo de 60 dias e na forma estabelecida pelo Conselho Nacional de Trânsito (Contran), sendo vedada a remontagem de veículo sobre o mesmo chassi, de forma a manter o registro anterior”.

Com a deliberação da CCJ, a matéria retorna ao Plenário do Senado para nova apreciação.

Márcia Kolome



À véspera do recesso, CCJ vota vários projetos de lei. Na foto maior, da esquerda para a direita, os senadores Valter Pereira, Alvaro Dias, Marconi Perillo e Adelmir Santana. Marco Maciel (*dir.*) presidiu a sessão



Foto de Márcia Kolome

União arcará com traslado de pobres mortos no exterior

A União poderá bancar as despesas com o traslado do corpo de brasileiro de baixa renda falecido no exterior. É o que determina projeto de lei do Senado de autoria de Expedito Júnior (PR-RO), que teve parecer favorável do senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) e foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Para que o corpo seja trasladado, o projeto (PLS 516/07) estabelece que a família deverá comprovar que é de baixa renda. Feito isso, poderá solicitar a localidade em que deseja sepultar seu parente. As despesas com transporte do corpo, embalsamento e urna zincada serão pagas pela União.

Segundo Antonio Carlos Júnior, a proposta é oportuna, uma vez que brasileiros pobres que falecem no exterior são sepultados muitas vezes como indigentes. O senador Adelmir Santana (DEM-DF) enalteceu o “espírito humano” do projeto, que segue agora para análise da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), onde será votado em decisão terminativa.

CCJ aprova proposta que beneficia consumidores

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) apresentou ontem parecer favorável a uma proposta que trata do “foro de eleição” – o juízo no qual consumidores e fornecedores de produtos ou serviços discutem eventuais controvérsias. Esse texto – um substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado 247/03 – prevê que serão consideradas nulas todas as cláusulas contratuais que “estabeleçam, para as ações decorrentes das relações de consumo, foro de eleição que contrarie as regras do Código de Processo Civil”. Além disso, assegura ao consumidor o direito “à mudança de foro de eleição em sede administrativa ou judi-

cial quando este demonstrar-se claramente prejudicial à defesa de seus direitos”.

A matéria, que altera o Código de Defesa do Consumidor, ainda terá de ser analisada na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), antes de ser votada no Plenário do Senado.

O autor do projeto original, senador Augusto Botelho (PT-RR), argumenta que as cláusulas contratuais sobre o foro de eleição “são lançadas no interesse exclusivo dos fornecedores, independentemente do lugar de celebração do contrato, do lugar em que as obrigações decorrentes serão cumpridas e

do lugar do domicílio do consumidor”. Segundo o senador, isso causa problema para a defesa judicial dos consumidores, devido à dificuldade econômica de se deslocarem para o foro de eleição e à dificuldade de contratar procuradores em locais que eles desconhecem.

Ao defender a aprovação da proposta, o relator da matéria na Comissão de Justiça, senador Cristovam Buarque (PDT-DF), declarou que as modificações feitas na Câmara dos Deputados foram “adequadas” por apresentarem regras mais específicas, que utilizam critérios previstos no Código de Processo Civil – o que não ocorria no texto original.

Projeto da nova Sudeco fica para o mês de agosto

Um pedido de vista coletiva encabeçado pelo senador Wellington Salgado (PMDB-MG) adiou para agosto a votação do parecer favorável da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ao Projeto de Lei da Câmara 119/06, enviado pelo Executivo, que recria a Superintendência do Desenvolvimento Sustentável do Centro-Oeste (Sudeco), extinta em 1999. A matéria está em exame na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que se reuniu ontem.

Lúcia Vânia disse que estranhava a solicitação do adiamento da votação de seu parecer, informando aos senadores que tinha o aval do próprio governo para que a proposta fosse aprovada na comissão com relação à constitucionalidade e juridicidade.

Segundo a senadora, a recriação da Sudeco será de fundamental importância para o pleno desenvolvimento dos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás e do Distrito Federal, já que terá como meta principal reduzir os desequilíbrios regionais e sociais. Caso aprovado, o parecer ainda será apreciado em outras comissões.

Concessionário vai divulgar contratos na internet

Todos os contratos de concessão de serviços de telecomunicações e a receita obtida com a execução dos serviços deverão ser publicados na íntegra pela imprensa oficial e divulgados por meio da internet. A medida, aprovada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, consta de emenda da Câmara dos Deputados ao PLS 23/00, que tramitou naquela Casa após ter sido acolhida pelos

senadores em 2001. O relator na CCJ, senador Demostenes Torres (DEM-GO), apresentou voto favorável à sugestão feita pelos deputados. A matéria segue para o Plenário.

Conforme explica o relator, a mudança aprovada na Câmara estende às empresas de telecomunicações as medidas previstas no projeto do Senado, de autoria de Osmar Dias (PDT-PR), que tem por objetivo tornar mais

transparentes as concessões de serviços públicos no Brasil. Pelo projeto do senador paranaense, observou Demostenes, as concessionárias que exploram rodovias devem divulgar trimestralmente planilhas com demonstrações de custos e despesas. Com a emenda da Câmara, acolhida na CCJ, a regra também deverá ser cumprida pelas concessionárias de serviços de telecomunicações.

Suplicy elogia diálogo entre Poderes Executivo e Judiciário

A reunião entre o presidente Lula; o presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes; e o ministro da Justiça, Tarso Genro, ocorrida na terça-feira, foi elogiada por Eduardo Suplicy (PT-SP). Segundo o senador, os três debateram “sobre harmonizar as ações com vistas aos procedimentos tomados, sobretudo nos casos em que a Polícia Federal investiga”.

Suplicy citou o caso da Operação Satiagraha, na qual foi preso e solto, por duas vezes, o dono do Banco Opportunity, Daniel Dantas.

Nessa operação, afirmou o senador, foram cometidos “possíveis abusos na hora de realizar a prisão preventiva dos envolvidos”.

– É importante que haja diálogo – disse.

Suplicy destacou ainda o debate ocorrido na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) acerca de projeto que visa coibir abusos para a quebra de sigilos telefônicos de investigados (PLS 525/07). Ele também anunciou sua participação na 60ª reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que ocorrerá hoje, e a visita que fará ao Piauí,

a convite do movimento Hip-Hop de Teresina, para um diálogo sobre como o movimento pode contribuir para a diminuição da violência.

Suplicy também apresentou requerimento de pesar e de condolências à família de Norton Monteiro Guimarães, pela morte do servidor do Senado, ocorrida na segunda-feira.



Foto de Gerardo Magela

Camata acusa Infraero de não informar TCU

Foto de Leopoldo Silva



Gerson Camata quer solução para aeroporto

Gerson Camata (PMDB-ES) lamentou ontem em Plenário o fato de a Infraero continuar se recusando a fornecer informações ao Tribunal de Contas da União (TCU) sobre o que chamou de “roubalheira” cometida nas obras do aeroporto de Vitória. Essas obras, assinalou o senador, foram paralisadas há cerca de dois anos pelo TCU, devido à constatação da prática de superfaturamento no aterramento da nova pista de pouso.

Camata disse que os assessores do TCU reclamam da insistente recusa da Infraero em prestar informações e atender os pedidos sobre motivos que determinaram a composição da linha de preços utilizados na licitação. Segundo ele, isso impediu que o tribunal realizasse levantamento exato sobre como ocorreu o superfaturamento, dado fundamental para que o consórcio possa, inclusive, devolver ao erário o dinheiro desviado com a obras.

Mão Santa denuncia ação para mudar LRF

Mão Santa (PMDB-PI) protestou contra o projeto que flexibiliza a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Aprovado pela Câmara em maio, o projeto de lei complementar restringe as punições previstas pela LRF apenas ao órgão ou Poder que não cumprir seus limites de gastos com pessoal (PLC 92/08). Atualmente, quando um dos três Poderes do ente federativo descumpra a lei, os outros dois também sofrem restrições.

– Eles querem acabar com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Nós não vamos deixar – disse o senador.

De acordo com Mão Santa, o Plano Real e a LRF garantiram a estabilidade econômica do Brasil. Essa lei estabelece limites para gastos públicos e determina que novos gastos podem ser realizados somente se houver receitas.

– Sem o Plano Real e sem a Lei de Responsabilidade Fiscal, estaríamos na zorra – avaliou.



Mão Santa é contra proposta da Câmara

Foto de Leopoldo Silva

Lula sanciona piso salarial de R\$ 950 para professor

Estados e municípios têm até 2010 para pagar o novo valor. Presidente Lula também sancionou ontem outros três projetos de lei que valorizam a educação pública

A LEI QUE estabelece piso salarial de R\$ 950 para professores, diretores e coordenadores pedagógicos do magistério público da educação básica em todo o país foi sancionada ontem pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. União, estados e municípios terão de pagar esse valor a partir de janeiro de 2010.

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, participou da cerimônia, no Palácio do Planalto. Chamado a pronunciarse, Garibaldi preferiu passar a palavra ao senador Cristovam Buarque (PDT-DF), autor do projeto que deu origem à lei. Cristovam manifestou gratidão a Lula pela sanção, “em nome da classe política brasileira”. São

“momentos como esse que justificam a vida pública”, disse.

O senador afirmou que as crianças brasileiras serão as mais beneficiadas pela nova lei e ainda agradeceu “a generosidade política” do presidente Lula, de ministros e de parlamentares que proporcionou a aprovação da medida.

A líder do Bloco de Apoio ao Governo no Senado, Ideli Salvatti (PT-SC), também participou da cerimônia.

Outros três projetos foram igualmente sancionados: o que cria cargos de professores e técnicos para o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni); o que cria cargos

para a expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica; e o que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para garantir a articulação entre ensino regular e educação profissional.

O presidente Lula anunciou o envio ao Congresso de projeto que cria 38 institutos federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Ifets) e o que institui a Universidade Fronteira do Sul, em Chapecó (SC). O ministro da Educação, Fernando Haddad, adiantou que será encaminhado ao Congresso projeto que cria universidade voltada para a integração do Brasil com o continente africano, em especial os países de língua portuguesa.

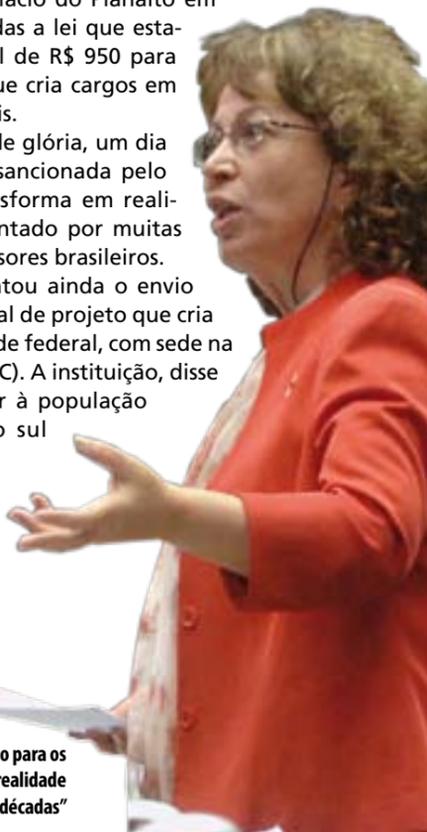
Governo está revolucionando a educação, afirma Ideli

O avanço na implantação de escolas profissionalizantes e a expansão do ensino universitário durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva foram saudados ontem pela senadora Ideli Salvatti (PT-SC). Conforme observou, as medidas que vêm sendo adotadas pelo governo federal representam “uma verdadeira revolução na educação”. Ideli também registrou a realização de solenidade no Palácio do Planalto em que foram sancionadas a lei que estabelece o piso salarial de R\$ 950 para os professores e a que cria cargos em universidades federais.

– Hoje foi um dia de glória, um dia histórico, pois a lei sancionada pelo presidente Lula transforma em realidade o sonho alimentado por muitas décadas pelos professores brasileiros.

A senadora comentou ainda o envio ao Congresso Nacional de projeto que cria uma nova universidade federal, com sede na cidade de Chapecó (SC). A instituição, disse Ideli, deverá atender à população dos três estados do sul do país.

– Será a décima quarta universidade a ser construída pelo presidente Lula – ressaltou.



Segundo Ideli, o piso para os professores “transforma em realidade um sonho alimentado por décadas”

Foto de Leopoldo Silva

Maciel cobra preparativos sobre Independência

O senador Marco Maciel (DEM-PE) cobrou ontem a mobilização do Congresso Nacional e da sociedade para iniciar os preparativos da comemoração do bicentenário da Independência do Brasil, que ocorrerá em 2022. Ele lembrou que, em junho de 2004, apresentou projeto de resolução que cria uma comissão com parlamentares do Senado e da Câmara com esse propósito. Para Maciel, antes de comemorar é preciso refletir sobre o passado e como o país evoluiu ao longo da história, a partir da Independência em 1822.

– Estou vendo o tempo passar, a banda passar, e não vejo iniciativas articuladas no sentido de que se faça uma reflexão sobre os 200 anos da nossa independência.

Maciel sugeriu que se aproveitem os diferentes eventos históricos para promover essa reflexão, como a comemoração dos 200 anos da transferência da corte portuguesa para o Brasil. A vinda de dom João VI, assinalou, precipitou a independência brasileira, pois trouxe consigo e implantou diversas instituições importantes para a construção do Estado e, conseqüentemente, do país.

Presidente da Lituânia visita o Senado e acredita em parceria

Em visita ao Brasil, o presidente da Lituânia, Valdas Adamkus, foi recebido ontem pelo 2º vice-presidente do Senado, Alvaro Dias (PSDB-PR).

O senador representou o presidente da Casa, Garibaldi Alves, que cumpria agenda oficial em Minas Gerais. O encontro contou com a participação de Serys Slhessarenko (PT-MT).

Alvaro defendeu o aprimoramento das relações comerciais e culturais entre o Brasil e a Lituânia. Ele afirmou que fertilizantes usados na agricultura são os principais produtos importados pelo Brasil da Lituânia.

Já Adamkus disse acreditar na parceria entre “países grandes e países pequenos” para alcançar objetivos comuns. O presidente lituano fica no Brasil até hoje.

Durante a visita, a senadora Serys Slhessarenko antecipou seu parecer favorável ao projeto de decreto legislativo que prevê o fim da exigência de visto para o ingresso de cidadãos lituanos no Brasil (PDS 167/08). De autoria do Executivo, a proposta foi aprovada na semana passada pela Câmara dos Deputados e encaminhada à Comissão de Relações Exteriores (CRE) do Senado.



Alvaro Dias recebe Adamkus e defende aprimoramento de relações comerciais e culturais

Moreira Mariz

Garibaldi e Simon recebem comenda em Minas Gerais

“Em Minas Gerais, tudo nos remete às origens da construção deste país. A combinação histórica da arte, da política, da economia e da religião forma uma identidade regional singular e característica da diversidade nacional”, comentou o presidente do Senado, Garibaldi Alves, durante a cerimônia oficial do Dia do Estado de Minas Gerais, realizada ontem em Mariana.

Juntamente com outras 46 instituições e personalidades, entre as quais o senador Pedro Simon (PMDB-RS), Garibaldi – que foi o orador oficial do

evento – recebeu a Medalha do Dia de Minas Gerais das mãos do governador do estado, Aécio Neves.

Há 31 anos o vice-prefeito Roque Camêllo sugeriu que a data de aniversário de Mariana, que está completando 312 anos, servisse também para comemorar o Dia do Estado de Minas Gerais. O então governador Francelino Pereira sancionou, em 1979, a lei que criou a homenagem.

A Constituição do estado determina, nesse dia, a transferência simbólica da capital de Minas para Mariana.



Presidente do Senado foi orador oficial de evento ontem, na cidade de Mariana

Wellington Pedro

Os 11 projetos aprovados ontem em sessão conjunta beneficiam órgãos dos três Poderes e atendem, sobretudo, programas ministeriais

Congresso abre crédito global de R\$ 2,7 bilhões

Oposição rejeita acordo sobre gastos novos

Durante a sessão do Congresso Nacional em que foram votados projetos de créditos orçamentários, a oposição rejeitou acordo para a inclusão na ordem do dia de proposta destinada a garantir gastos novos da ordem de R\$ 24 milhões, divididos entre o Ministério do Turismo e a rubrica Operações Oficiais de Crédito.

O motivo foi a discordância do PSDB com uma segunda finalidade da proposição: autorizar a pasta do Turismo a mudar a modalidade de aplicação de R\$ 15 milhões do Orçamento em execução, para permitir que recursos relacionados à promoção de eventos de turismo interno, com transferência em favor de prefeituras, passassem a ser aplicados mediante convênios com entidades privadas.

Modalidades

Em termos orçamentários, os R\$ 15 milhões passariam a ser aplicados na modalidade de 50 (entidades privadas), enquanto, de acordo com o Orçamento vigente, deveriam ser descentralizados seguindo a modalidade 40 (municípios). Quanto ao crédito suplementar de R\$ 24 milhões, R\$ 4 milhões seriam vinculados ao Turismo, para campanhas promocionais e qualificação de profissionais na área.

O representante do PSDB na Comissão Mista de Orçamento, deputado Raimundo Gomes de Matos (CE), esclareceu que o partido não via razão para abrir precedente e concordar com a votação, diretamente em Plenário, de projeto que não passara anteriormente pelo colegiado.



Na sessão, líderes governistas observam, ao encaminhar a votação, que os investimentos contemplam projetos com ganhos sociais e retorno positivo

O CONGRESSO ASSEGUROU ontem autorização legislativa para alterações nos orçamentos de órgãos das três esferas de Poder, depois de votar 11 projetos de abertura de crédito, envolvendo recursos globais da ordem de R\$ 2,7 bilhões. Aprovadas em votação simbólica, garantida por acordo de lideranças, as propostas atendem, sobretudo, programas ministeriais e envolvem finalidades diversas, desde investimentos a despesas com atividades regulares ou de manutenção da máquina, além de suplementações para cobrir gastos salariais.

Ao encaminhar a votação, líderes governistas demonstraram cuidado em observar que os créditos referiam-se a despesas indispensáveis e, no caso dos investimentos, que seriam em projetos com taxas de retorno positivas para a economia e promotores de ganhos sociais. Mesmo sem criar dificuldades à aprovação, o DEM e o PSDB manifestaram posição contrária a boa parte

dos projetos, alegando que estavam sendo usados excessos de arrecadação para aumento nos gastos públicos, o que causaria impacto inflacionário.

— É parte de uma política de governo de aumentos desenfreados das despesas, sem nenhum controle — criticou o líder do DEM na Câmara, José Carlos Aleluia (BA), acentuando que a política para conter a inflação está a cargo exclusivo do Banco Central via aumento dos juros.

O projeto de maior valor (PLN 07/08) abre crédito suplementar de mais de R\$ 1,45 bilhão em favor dos ministérios das Cidades e do Planejamento, Orçamento e Gestão. Do total, R\$ 1,3 bilhão tem origem em excesso de arrecadação de recursos ordinários e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Para a pasta do Planejamento, serão dispensados apenas R\$ 2,7 milhões para suplementar programa referente a informações de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O Ministério das Cidades,

detentor da maior parcela do crédito, vai empregar R\$ 799 milhões, por exemplo, para reforçar despesas em ações de programa de urbanização, regularização fundiária e integração de assentamentos precários em diversos estados. Outros R\$ 329 milhões serão utilizados para suplementar despesas relacionadas a programa de serviços urbanos de água e esgoto. Nos dois programas, as ações serão disseminadas para quase todos os estados.

Revisão de tetos

Na sessão, foi também aprovado projeto (PLN 8/08) com a finalidade de alterar o Anexo V da lei que instituiu o atual Orçamento (Lei 11.647, de 2008), que estabelece limites quantitativos para criação de cargos, bem como tetos financeiros destinados a despesas com alteração de carreiras e aumentos de remunerações. O objetivo foi atender o Tribunal de Contas da União (TCU), que acrescentou um cargo de

auditor (substituto dos conselheiros em suas ausências e impedimentos) e instituiu nova estrutura de cargos e salários, por lei aprovada em 2007. Para atender as despesas de pessoal e os encargos decorrentes, no orçamento atual do órgão, foi ainda acolhido o PLN 9/08, com reforço de dotação no valor de R\$ 93,2 milhões.

Uma das propostas (PLN 10/08), em valor global de pouco mais de R\$ 8 milhões, atenderá programações da Justiça Eleitoral, do Senado Federal e do Ministério Público da União. Na área da Justiça, o crédito aberto será empregado na conclusão de obras em edifícios-sedes das representações em diversos estados. O MPU pretende adquirir edifício para abrigar a implantação de serviços junto a varas da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul. O Senado planeja construir um túnel sob o Eixo Monumental, destinado ao trânsito de pessoas entre o edifício principal de suas instalações e os anexos que integram o complexo.

Comissão Representativa já está definida

Os parlamentares que integram a Comissão Representativa do Congresso Nacional durante o próximo recesso, de 18 a 31 de julho, já foram definidos tanto pelo Senado Federal quanto pela Câmara dos Deputados.

Prevista na Constituição, essa comissão, que representa o Congresso durante os recessos parlamentares, é composta por oito senadores e 17 deputados.

Os senadores designados como titulares são: o presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho; Adelmir Santana (DEM-DF), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Valdir Raupp (PMDB-RO), Ideli Salvatti (PT-SC), João Ribeiro (PR-TO), Epitácio Cafeteira (PTB-MA) e Cristovam Buarque (PDT-DF).

Como suplentes, foram designados Demostenes Torres (DEM-GO), Marconi Perillo (PSDB-GO), Valter Pereira (PMDB-MS), Neuto de Conto (PMDB-SC), Renato Casagrande (PSB-ES), Inácio Arruda (PCdoB-CE), Gim Argello (PTB-DF) e Jefferson Praia (PDT-AM).

Os deputados titulares são: o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia; Affonso Camargo (PSDB-PR), Antônio Andrade (PMDB-MG), Guilherme Campos (DEM-SP), Leonardo Vilela (PSDB-GO), Luiz Bittencourt (PMDB-GO), Manato (PDT-ES), Márcio Reinaldo Moreira (PP-MG), Moreira Mendes (PPS-RO), Osório Adriano (DEM-DF), Paes Landim (PTB-PI), Ricardo Quirino (PR-DF), Rodrigo Rollemberg

(PSB-DF), Rubens Otoni (PT-GO), Tadeu Filippelli (PMDB-DF) e Vicentinho (PT-SP). Como suplentes foram indicados: Chico Abreu (PR-GO), Davi Alcolumbre (DEM-AP), Dr. Ubiali (PSB-SP), Eliene Lima (PP-MT), Fernando de Fabinho (DEM-BA), João Campos (PSDB-GO), Laerte Bessa (PMDB-DF), Luiz Sérgio (PT-RJ), Mauro Benevides (PMDB-CE), Paulo Abi-Ackel (PSDB-MG), Pedro Chaves (PMDB-GO), Pedro Wilson (PT-GO), Pompeo de Mattos (PDT-RS), Ricardo Berzoini (PT-SP) e Tatico (PTB-GO).

Na Câmara dos Deputados, ainda faltam as indicações de um integrante titular pelo PHS e de dois suplentes, um pelo PHS e outro pelo bloco PSDB/DEM/PPS.

Portal facilitará fiscalização de verbas transferidas a municípios

A implantação, em agosto, de um portal que vai facilitar a fiscalização dos recursos públicos transferidos pela União aos municípios foi anunciada ontem pelo presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), deputado Mendes Ribeiro Filho (PMDB-RS). A ideia, segundo ele, é favorecer a transparência em torno das verbas orçamentárias destinadas à implantação de diversos projetos em todo o país.

— Vamos mostrar o que é empenhado, em qual projeto, para qual município e

qual a meta a ser cumprida. Isso é quase a excelência na transparência que estamos procurando. A cada empenho feito, vamos dar o projeto, o convênio e o objetivo. Isso é uma publicização do Siafi [Sistema Integrado de Administração Financeira, do governo federal], no meu ponto de vista — afirmou.

O Siafi é um instrumento de controle e acompanhamento dos gastos públicos que registra a aplicação de cada saída de dinheiro e o servidor público que a efetuou.



Foto de Gerardo Magela

Jefferson Praia pede audiência sobre as Farc

A realização de uma audiência pública sobre a situação das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) foi requerida por Jefferson Praia (PDT-AM).

O senador defende que o debate, a ser realizado na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), seja "para esclarecimentos de aspectos relevantes das dimensões estratégicas, organizacionais, políticas e socioeconômicas da guerrilha das Farc".

Jefferson Praia sugere que sejam convidados para o debate o embaixador da Colômbia, Tony Jozame Amar; o jornalista da TV Globo William Wack; e o professor Ricardo Vélez Rodríguez, coordenador do portal Defesa, na internet.

Nery solidariza-se a cubanos presos nos Estados Unidos

José Nery (PSOL-PA) solidarizou-se com cinco cidadãos cubanos que estão presos nos Estados Unidos. "No dia 2 de setembro, completará dez anos da prisão", afirmou o senador.

O assunto foi discutido durante encontro de parlamentares de 15 países da América Latina e Caribe entre 7 e 8 de julho, no Panamá, disse Nery. O encontro foi convocado pelo Grupo Parlamentar de Amizade Panamá-Cuba, com o apoio da Assembléia Nacional do Panamá, acrescentou o senador.

– Conclamo o Parlamento brasileiro a se somar ao clamor de parlamentares de 15 países, para solicitar a liberdade imediata para Gerardo, Ramón, Antonio, Fernando e René, e a revogação imediata do bloqueio econômico imposto ao povo cubano.



Foto de Moreira Mariz

Comissão do Senado decide encaminhar carta aos dois candidatos à presidência dos EUA manifestando estranheza com a recriação de unidade que atuava na 2ª Guerra

CRE questionará Obama e McCain sobre Quarta Frota

A COMISSÃO DE Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) do Senado decidiu enviar uma carta aos dois candidatos à Presidência dos Estados Unidos, John McCain e Barack Obama manifestando estranheza com a recriação da Quarta Frota da Marinha americana, com atuação na América do Sul. O colegiado resolveu ainda que fará nova reunião com o ministro da Defesa, Nelson Jobim, logo após a viagem deste, com o presidente Lula, à Colômbia e aos EUA.

As duas decisões da CRE foram anunciadas ontem, em Plenário, pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), após reunião com os ministros das Relações Exteriores, Celso Amorim, e Nelson Jobim. A Quarta Frota foi criada durante a 2ª Guerra Mundial para proteger a América do Sul, e desfeita logo após o final da guerra. Além do próprio Simon e do presidente da CRE, senador Heráclito Fortes (DEM-PI), a reunião com os dois ministros teve a participação de Eduardo Suplicy (PT-SP) e José Nery (PSOL-PA).

– Por que, de repente, os americanos vêm com a Quarta Frota? Qual é a razão? Ela é pacífica, ela é de paz? Ela é até humanitária, tem serviços de médico para ajudar, para au-



Foto de Leopoldo Silva

"Ela é humanitária, tem serviços médicos para ajudar?", indaga Simon

xiliar? – questionou o senador pelo Rio Grande do Sul.

Pedro Simon disse que Celso Amorim e Nelson Jobim passaram informações e análises sobre a movimentação do governo. O senador relatou que Amorim recebeu segunda-feira um telefonema da secretária de Estado do governo Bush, Condoeza Rice, desculpando-se por não ter feito contato antes para comunicar a recriação da Quarta Frota. O ministro também disse que o embaixador

brasileiro nos Estados Unidos foi recebido hoje pela secretária e ainda aguardava um relatório dele sobre o encontro.

Petróleo

Segundo o senador, Nelson Jobim impressionou pela profundidade do estudo que apresentou aos parlamentares. O ministro assinalou que o trabalho foi elaborado pelo Ministério da Defesa em conjunto com a Petrobras e analisa questões referentes à Amazônia, às reservas petrolíferas e ao país como um todo. Além disso, foi feito um estudo sobre o mar territorial do Brasil e o campo de Tupi, onde foram encontradas recentemente grandes reservas de petróleo.

Para Simon, um presidente em final de mandato e com o índice de popularidade mais baixo da história, como é o caso de George Bush, não poderia tomar uma decisão como a de recriar aquela frota. O senador disse que quem vai pagar o preço é o próximo governante norte-americano. Em aparte, Inácio Arruda (PCdoB-CE) sugeriu que os senadores que forem designados para acompanhar as eleições dos EUA solicitem audiências com os dois candidatos para discutir o assunto.

Arruda sugere Conselho de Defesa do Mercosul

Durante a reunião da Comissão de Relações Exteriores, o senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) sugeriu que a representação brasileira do Parlamento do Mercosul discuta a possibilidade de criação de um Conselho de Defesa do bloco comercial com o objetivo de guardar as fronteiras da região.

Antes, Pedro Simon (PMDB-RS) havia demonstrado preocupação com a reativação da Quarta Frota da Marinha dos Estados Unidos, que terá como área de atuação o Atlântico Sul. Juntamente com outros membros da CRE, Simon foi recentemente à embaixada americana manifestar a preocupação do Senado ao embaixador Clifford Sobel. Inácio Arruda acrescentou que

a reativação da frota ocorre no momento em que se divulgou a descoberta de imensos campos de petróleo em alta profundidade na costa brasileira.

Na presidência da reunião, o senador Mão Santa (PMDB-PI) associou-se às preocupações dos senadores, ressaltando o poder bélico dos Estados Unidos e manifestando sua crença nas soluções diplomáticas.

Ingrid Betancourt

Simon anunciou, na reunião da CRE, que viajará hoje à Inglaterra para visitar familiares, "por conta própria", conforme frisou, e que irá depois a Paris, onde se encontrará com a ex-refém das Forças Armadas Revolucionárias Colombianas

(Farc) Ingrid Betancourt, libertada do cativo na Colômbia recentemente.

O senador entregará a Ingrid um convite do presidente do Senado, Garibaldi Alves, para que ela compareça à sessão em sua homenagem que a Casa pretende realizar em data a ser marcada. As tratativas do encontro estão sendo ultimadas pela embaixada do Brasil na França, conforme Simon.

A CRE aprovou requerimento de Arthur Virgílio (PSDB-AM) propondo voto de aplauso pelo transcurso do cinquentenário do Movimento LEO (Liderança, Experiência e Oportunidade) do LEO Clube, um braço juvenil internacional do Lions Club Internacional.

Indicações para nova comissão sobre clima global

Lideranças partidárias indicaram ontem os senadores para integrar o colegiado que acompanhará os desdobramentos do relatório da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas. A Câmara ainda não anunciou os deputados que vão compor o colegiado.

Serão titulares Rosalba Ciarlini (DEM-RN), Marina Silva (PT-AC), Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Inácio Arruda (PCdoB-CE), Renato Casagrande (PSB-ES), Valter Pereira (PMDB-MS), Leomar Quintanilha (PMDB-TO), Pedro Simon (PMDB-RS), Fernando Collor (PTB-AL) e Jefferson Praia (PDT-AM).

Os suplentes são Fátima Cleide (PT-RO), Sery Sghessarenko (PT-MT), José Agripino (DEM-RN), Gilberto Goellner (DEM-MT), Arthur Virgílio (PSDB-AM), João Pedro (PT-AM), Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), Casildo Maldaner (PMDB-SC), Neuto de Conto (PMDB-SC), Romeu Tuma (PTB-SP) e Cristovam Buarque (PDT-DF).

Duque: Senado não pode ser estranho ao povo

O acompanhamento "por milhões de pessoas" das votações e dos debates realizados no Senado, por meio dos veículos de comunicação da Casa, fortalece a democracia, afirmou Paulo Duque (PMDB-RJ).

– O Senado não pode ser uma Casa isolada, estranha à população brasileira – disse.

O senador comentou os diversos discursos proferidos ontem da tribuna, em especial o pronunciamento feito por Jefferson Praia (PDT-AM), sobre o avanço do desmatamento na região amazônica. Duque ressaltou que as preocupações com as questões da Amazônia são antigas e mobilizam a atenção de todos os brasileiros.

Em resposta, Jefferson Praia destacou as dificuldades em encontrar mecanismos para reduzir o desmatamento da Amazônia e, ao mesmo tempo, promover o desenvolvimento da população.



Foto de Gerardo Magela

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Garibaldi Alves Filho • Mão Santa

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli
 O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Teixeira, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquêas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3311-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

ACM Júnior critica Executivo petista na Bahia



Foto de José Cruz

“A Bahia vem perdendo competitividade desde o início do governo petista no estado”, afirmou Antonio Carlos Júnior (DEMB-BA), ao lamentar a decisão da Toyota de escolher Sorocaba (SP) para instalar sua nova fábrica. O senador lembrou situação semelhante, “mas com sinais trocados”, vivenciada em 1997 pelo Rio Grande do Sul, quando o estado, então governado pelo Partido dos Trabalhadores, perdeu para a Bahia a disputa pela implantação de fábrica da Ford.

– Agora é o governo petista da Bahia que perde, por incompetência, investimentos de US\$ 1 bilhão e 2.500 empregos.

O senador também manifestou preocupação com a volta da tendência de alta da inflação.

Antonio Carlos Júnior: estado perdeu fábrica da Toyota

Augusto: povo pode ser aliado do Estado

A inflação não pode voltar, afirmou Augusto Botelho (PT-RR), e nada pode sobrepor-se a essa prioridade. E para que as ações da equipe econômica nesse sentido se tornem mais eficazes, segundo o senador, o governo deveria “chamar o povo para combater esse combate, explicitamente, por meio do esclarecimento, da reflexão e do exemplo”.

Na visão do parlamentar, o bom trabalho do governo na gestão da economia – com respeito aos contratos, disciplina fiscal, estímulo ao aumento da produtividade nacional e com a sustentação dos dois grandes pilares do modelo econômico: o câmbio flutuante e o regime de metas de inflação – deve se aliar a uma campanha educativa e cívica, capaz de mobilizar os recursos do apoio popular.

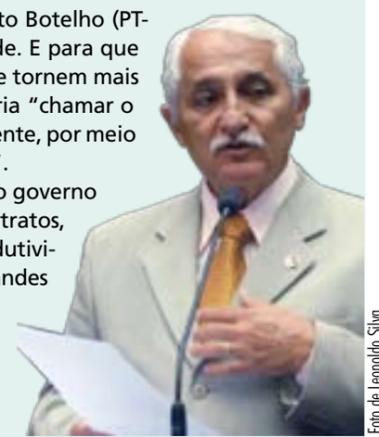


Foto de Leopoldo Silva

Augusto quer educar brasileiros contra inflação

Crivella defende trabalhadores estáveis em Furnas

O movimento em defesa da estabilidade no emprego para trabalhadores da empresa Furnas Centrais Elétricas foi apoiado por Marcelo Crivella (PRB-RJ). O senador também disse defender a reivindicação por melhores salários dos procuradores federais do seu estado.

Crivella informou ter recebido mensagem assinada pelo vice-presidente da Associação dos Contratados, Ex-contratados e Prestadores de Serviços em Furnas, Carlos Arthur de Souza Coelho, e pelo presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Energia do Estado do Rio de Janeiro (Sintergia), Magno dos Santos Filho, onde os dois relatam que há mais de 15 anos tais trabalhadores estão “ameaçados de demissão” por não terem sua situação empregatícia regulamentada.

– À medida que as pessoas vão envelhecendo e o risco de perder o emprego aumenta, aumentam também as doenças; e, inclusive, já houve um caso recente da morte de um companheiro que, no risco da demissão, sofreu um infarto dentro do elevador – disse Crivella.

O senador ressaltou que os representantes dos trabalhadores pedem ajuda do Senado para conseguirem audiência com o presidente Lula.

Procuradores

Crivella também informou ter recebido mensagem do presidente da Associação dos Procuradores Federais no Estado do Rio de Janeiro (Apaferj), José Marcio de Alemany, na qual ele reclama que os salários dos procuradores estão defasados.

– De tal maneira que observa, com precisão, que tanto os quadros dos procuradores como dos advogados da União estão sofrendo pesadas baixas porque seus profissionais estão fazendo concursos e sendo aprovados em outras carreiras com salário melhor – afirmou.



Foto de Leopoldo Silva

Crivella pede ainda melhores salários para procuradores federais do RJ

Marina: usinas no Madeira preservam meio ambiente

Ex-ministra do Meio Ambiente rebate críticas da representação boliviana em reunião do Conselho Diretor do Parlamento Amazônico, que se encerrou ontem em Brasília

A SENADORA MARINA Silva (PT-AC), ex-ministra do Meio Ambiente, afirmou ontem que o Brasil demorou cinco anos para aprovar o licenciamento ambiental das hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio justamente para resolver problemas ambientais nos territórios brasileiro e boliviano. As declarações foram feitas, durante reunião do Conselho Diretor do Parlamento Amazônico (Parlamaz), em resposta a críticas da representação da Bolívia à construção de barragens naquele rio.

Para evitar o assoreamento da barragem e não prejudicar a circulação dos peixes pelo rio, por exemplo, foi trocado o tipo de turbina comum pela turbina de fio d’água e retirada do projeto a previsão de eclusas, explicou a ex-ministra.

– Com as turbinas de fio d’água, o lago que se formará com a represa será diminuído em oito vezes em relação ao projeto original e isso resolverá o problema da área inundada, que se limitará à cota de cheia do rio – disse Marina Silva.

A senadora lembrou que a deputada boliviana Marisol Abán Candia, que levantou a questão no Parlamento Amazônico, esteve presente em algumas discussões de grupos e instituições dos dois países envolvidos.



J. Freitas

Marina, ao lado de Ana Lúcia (presidente do Parlamaz), fala durante reunião

Durante o processo de licenciamento, informou a senadora, foram discutidos o fato de o rio Madeira ser o segundo do mundo em produção de sedimentos, o que provocaria o assoreamento rápido com o tipo de turbina comum, e a questão da circulação dos bagres, peixes comuns no Madeira.

– Fui ridicularizada como “a ministra dos bagres”, que estava atrasando em dois anos a construção da barragem para proteger os bagres, mas não se disse que, ao se proteger os bagres, se protege todo um ecossistema – relatou Marina Silva.

Biocombustível

Em resposta a pergunta do senador boliviano Mario Vargas sobre o conflito entre a produ-

ção de biocombustíveis e a segurança alimentar e ambiental, Marina disse que se deve exigir dos produtores de biocombustíveis a certificação de que a sua produção não prejudica o meio ambiente nem compromete a segurança alimentar.

– Da mesma forma que criamos a certificação para a comercialização da madeira, devemos criar a certificação dos biocombustíveis.

Marina Silva sustentou ainda que o biocombustível oriundo da cana-de-açúcar, como o produzido no Brasil, pode ser compatível com o meio ambiente e a segurança ambiental. Já o biocombustível a partir do milho, como se faz nos Estados Unidos, não apresenta essa compatibilidade, observou.

Quarta Frota é ameaça à soberania, diz Parlamaz

Os representantes do Brasil, Bolívia, Colômbia, Suriname e Venezuela no Parlamaz concluíram seus trabalhos com uma declaração denominada Carta de Brasília, na qual defendem o desenvolvimento sustentável e afirmam que a presença da Quarta Frota americana nos mares da América do Sul é uma ameaça à soberania dos países da região.

“Manifestamos nossa preocupação pela presença da Quarta Frota nos mares da América do Sul, o que representa uma verdadeira ameaça à soberania dos povos latino-americanos, e instamos nossos governos, parlamentos e povos amazônicos

a pedir explicações ao governo dos Estados Unidos,” diz o documento do Parlamaz.

Os parlamentares celebraram o restabelecimento das relações entre a Venezuela e a Colômbia. E acrescentaram: “Convidamos os demais países do continente a solucionar as diferenças pela via diplomática, para garantir a paz na região”.

O documento manifesta o propósito de fortalecer o Parlamaz como instituição política de integração dos povos amazônicos e como fórum de debate permanente para a proteção integral do ecossistema regional. O texto enfatiza a proteção da biodiversidade, dos recursos

naturais, dos povos indígenas e dos camponeses.

A carta esclarece que o Parlamento Amazônico é órgão regional com funções de propor normas e políticas para a região, acompanhando sua execução após terem sido aprovadas pelos parlamentos dos países-membros.

O Parlamaz também declara rejeitar os projetos de desenvolvimento ou infra-estrutura que não apresentem estudos de impacto ambiental e as obras que prejudiquem a sustentabilidade do ecossistema e dos povos da região. A criação da Universidade Amazônica também foi destacada no documento.

Mozarildo cobra mais defensorias públicas no país

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) cobrou dos governos estaduais e federal a criação de um maior número de defensorias públicas e o aprimoramento das atuais, para atender pessoas de baixa renda processadas pela Justiça. A medida, observou, deverá fazer com que essas pessoas tenham seus direitos efetivamente respeitados, sem ter que ficar presas desnecessariamente.

O senador comparou a situação dos réus pobres à de Daniel Dantas, dono do banco Opportunity, que foi preso e libertado duas vezes na semana passada.

– E por que os pobres não são soltos? Por que os Poderes Executivos estaduais e federal não mantêm defensorias públicas em condições de atender os pobres, que deveriam ter acesso a um advogado? Aí se faz disso um jogo politiquês, querendo botar uma luta de classes de novo nessa história de que pobre vai preso e fica preso; rico vai preso, mas é solto. A lei é igual para todos. A diferença está que o que tem dinheiro paga do seu bolso o advogado que ele pode pagar; o que é pobre devia ter o advogado pago pelo governo, como manda a Constituição. E, no entanto, isso não é feito – disse.

Roraima

Mozarildo ressaltou que em Roraima a defensoria pública estadual é eficiente e tem um bom número de defensores, mas observou que o órgão federal no estado conta com apenas dois defensores e não consegue atender à demanda.

– Os governantes têm que assumir esse ônus. Se o pobre fica muito tempo na cadeia por falta de advogado, a culpa é do Poder Executivo – afirmou.

Em apartes, Gerson Camata (PMDB-ES), Augusto Botelho (PT-RR) e Ideli Salvatti (PT-SC) também falaram sobre o assunto.



Foto de Leopoldo Silva

Mozarildo diz que ter advogado pago pelo Estado é direito constitucional

Aprovado por subcomissão da CAS, documento é resultado da visita de senadores à Santa Casa de Belém, onde 263 recém-nascidos morreram de janeiro a julho



José Nery (E), Flexa Ribeiro, Rosalba Ciarlini, Augusto Botelho e Flávio Arns debatem a política de saúde no país

Omissão provocou morte de bebês, aponta relatório

A SUBCOMISSÃO PERMANENTE de Acompanhamento, Prevenção e Defesa da Saúde, da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), aprovou ontem relatório do senador Papaléo Paes (PSDB-AP) que aponta a omissão das autoridades estaduais responsáveis pela Santa Casa de Misericórdia de Belém como causa da morte, entre janeiro e julho deste ano, de 263 bebês recém-nascidos.

O relatório é resultado da visita à Santa Casa, na semana passada, dos senadores Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Mário Couto (PSDB-PA), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Augusto Botelho (PT-RR) e Papaléo Paes.

– Não fizemos debates de política partidária. Tratou-se de uma iniciativa meramente técnica e de cunho humanitário. O relatório não é contra ninguém, é a favor da saúde pública não somente do Pará, mas do Brasil inteiro. As condições ruins da saúde pública

se verificam em muitos outros estados – observou Papaléo.

O documento precisa ser acatado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e, posteriormente, pela Mesa do Senado, para que suas sugestões possam ser adotadas.

Segundo o texto, as autoridades estaduais responsáveis pela Santa Casa foram omissas porque, mesmo alertadas por profissionais do quadro, não tomaram providências para prevenir as mortes. O relator ressaltou que a falta de oferta de serviços de saúde no estado sobrecarregou a instituição, hospital-referência no do Pará.

Durante o debate, José Nery (PSOL-PA) sugeriu a realização de uma conferência nacional de saúde em 2009 para discutir a situação materno-infantil no país, bem como a reformulação do Conselho Nacional de Saúde para que haja mais controle sobre as políticas do setor.

Augusto Botelho, por sua vez, anunciou que o Ministério da Saúde destinará R\$ 1 milhão à Santa Casa para compra de equipamentos hospitalares, além de R\$ 200 mil mensais para a contratação de leitos.

Flexa Ribeiro cobrou do ministro da Saúde, José Gomes Temporão, ação emergencial em relação à Santa Casa de Belém. O senador afirmou que, de acordo com informações, as mortes de bebês continuam.

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) disse tratar-se de uma situação complexa e que providências reclamadas pelo corpo médico não foram atendidas pelo governo estadual.

– Não houve triagem adequada de doentes no interior do estado. É preciso haver descentralização dos serviços de saúde, e o Ministério da Saúde precisa rever, com urgência, os níveis de remuneração dos agentes de saúde no Brasil inteiro – concluiu Valadares.

Rosalba cobra a implantação de creches e pré-escolas públicas

A senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) manifestou ontem preocupação com a inexistência de creches e salas destinadas à pré-escola na maioria das instituições públicas de ensino no país. Conforme observou, até hoje não foi cumprida a meta fixada para 2006, prevista no Plano Nacional de Educação, de assegurar matrícula em creche para 30% das crianças de até três anos. Ela também chamou a atenção para a necessidade de assegurar vagas em salas de pré-escola para meninos e meninas de três a seis anos.

– No censo realizado pelo MEC [Ministério da Educação] em 2007, não há registro de uma única criança matriculada em creche pública em 1.356 municípios, o que representa 24% do total de municípios do país. São cidades em que os pais, especialmente os de menor ren-

da, não têm opção de matricular filhos em um estabelecimento público. Sobram apenas, e quando existem, vagas em estabelecimentos filantrópicos.

De acordo com Rosalba, as crianças de até três anos, que deveriam frequentar creches, têm sido as mais negligenciadas pelo poder público.

A senadora também registrou reunião da bancada do Rio Grande do Norte na Câmara e no Senado com o ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, a respeito da retomada do projeto de construção da Estrada do Cajueiro. O trecho ligará a região de Mossoró ao Vale do Jaguaribe.

Rosalba falou ainda sobre a definição da lista de municípios que receberão recursos para a recuperação de prejuízos causados pelas enchentes ocorridas no estado no início do ano.

Geovani propõe combate mais intenso ao trabalho infantil

Ao celebrar os 18 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente – completados domingo –, o senador Geovani Borges (PMDB-AP) cobrou do governo o combate mais intenso ao trabalho infantil.

– O pedido é um só: devolvamos às nossas crianças o direito de brincar. Que as políticas sociais sejam capazes de resgatar esse direito – disse.

Geovani também cobrou das escolas brasileiras métodos de ensino mais eficazes, lembrando que as crianças, em geral, não têm o hábito da leitura.

– A criança hoje tem resistência ao livro porque a escola brasileira ainda não descobriu que só terá sucesso quando se tornar amada, interessante e divertida pela criança.

Em aparte, Papaléo Paes (PSDB-AP) afirmou que, mes-



“Devolvamos às nossas crianças o direito de brincar”, diz Geovani

mo após 18 anos de vigência, o estatuto alcançou poucos resultados práticos. Por isso, salientou, ainda é comum encontrar crianças abandonadas, nas ruas das grandes cidades, esmolando. Casildo Maldaner (PMDB-SC) disse que o poder público precisa fazer com que o respeito ao ECA seja uma prática do dia-a-dia.

Proibição de “fumódromo” será debatida em audiência

Foram aprovados ontem pela Subcomissão Permanente de Acompanhamento, Prevenção e Defesa da Saúde, vinculada à CAS, três pedidos de audiência pública, todos de autoria do presidente do colegiado, senador Papaléo Paes (PSDB-AP).

A primeira solicitação, sobre a proibição de “fumódromo”, levantará subsídios para instruir proposta que proíbe o uso de produtos de tabaco em ambientes coletivos, públicos ou privados. Papaléo afirma que o objetivo da proposição é vetar os “fumódromos”, medida considerada ineficiente pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

A segunda audiência debaterá a regulamentação da publicidade sobre bebidas alcoólicas. Na avaliação do senador Flávio Arns (PT-PR), já estão evidentes os efeitos positivos da lei seca. Ele disse ser favorável à limitação da propaganda do álcool na televisão, porque, frisou, “crianças e jovens ficam envolvidos com a beleza, a vida boa e o sucesso que parecem advir do consumo do álcool”.

A criação e implantação do Sistema Único de Saúde (SUS) será o tema da terceira audiência, que deverá contar com a participação, como expositores, do ministro da Saúde, José Gomes Temporão, e dos senadores Tião Viana (PT-AC) e José Sarney (PMDB-AP).

Também serão convidados Rafael de Almeida Magalhães, ex-ministro da Previdência; Nelson Rodrigues dos Santos, professor da Universidade de Campinas (Unicamp); e Arlindo de Almeida, presidente da Associação Brasileira de Medicina de Grupo.

Relatório do Bird sobre hospitais terá discussão

O relatório sobre o desempenho hospitalar brasileiro, elaborado pelo Banco Mundial (Bird), será debatido em audiência na Subcomissão Permanente de Acompanhamento, Prevenção e Defesa da Saúde. O requerimento com a proposta foi aprovado ontem, juntamente com o pedido de audiência sobre o fornecimento de órteses e próteses no Brasil.

A discussão a respeito do relatório do Bird foi sugerida pelo presidente da subcomissão, Papaléo Paes (PSDB-AP). A proposta é que sejam convidados, entre outros, os pesquisadores do Banco Mundial Gerard La Forgia e Bernard Couttolenc; o diretor do Departamento de Atenção Especializada do Ministério da Saúde, Alberto Beltrame; e o presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Eduardo Nunes.

Já o debate sobre órteses e próteses no país foi solicitado por Flávio Arns (PT-PR). Para esse encontro, devem ser convidados os presidentes da Agência Nacional de Saúde Suplementar, Fausto Pereira dos Santos; da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Dirceu Raposo de Mello; do Conselho Federal de Medicina, Edson de Oliveira Andrade; da União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde, Marília Ehl Barbosa; e da Federação de Saúde Suplementar, Luiz Carlos Trabuco Cappi, além de representante do Ministério da Saúde.

Maldaner propõe novas regras para genérico veterinário

Casildo Maldaner (PMDB-SC) retomou ontem a defesa do projeto de lei de sua autoria que cria novas normas para a produção e fiscalização de medicamentos genéricos de uso veterinário (PLS 209/02). A proposta, que altera o Decreto-Lei 467/69, foi apresentada por ele quando cumpriu seu primeiro mandato de senador.

Maldaner disse que a matéria foi analisada pelas comissões de Assuntos Sociais (CAS), de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de Assuntos Sociais (CAS) e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Atualmente, informou, aguarda que seja incluído na ordem do dia o requerimento que solicita a tramitação em conjunto dessa proposta com outros dois projetos da Câmara dos Deputados (PLC 3/05 e PLC 39/06) que tratam do assunto. Na avaliação do senador, o seu



Segundo Maldaner, cartelização do setor aumenta preço dos medicamentos

projeto poderá aumentar a concorrência reduzir preços e custo de produção.

– Existe uma certa cartelização, um certo domínio que depende, às vezes, de grupos que detêm o mercado. Os produtores vão usar o princípio ativo e acabam pagando pela marca um valor muitas vezes maior do que o produto em si.